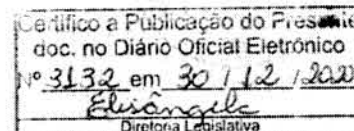




ESTADO DE RONDÔNIA
PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE VILHENA
Procuradoria Geral do Município

LEI Nº 5.431, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2020.



**DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE
ACOLHIMENTO AOS CIDADÃOS NO
SISTEMA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

Autoria: Vereadora Vera da Farmácia



O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VILHENA,
Estado de Rondônia, no exercício regular de seu cargo e no uso das
atribuições que lhe confere o artigo 73 combinado com o inciso VI do artigo 96
da Lei Orgânica do Município,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vilhena
aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica instituída a Política Pública de Acolhimento aos Cidadãos no
Sistema Municipal de Saúde de Vilhena, com os seguintes objetivos:

I - difundir, conceber, implantar, fortalecer e articular a cultura de
humanização e acolhimento em toda a rede pública de serviços e ações
vinculados ao Sistema Municipal de Saúde a fim de beneficiar os usuários e os
profissionais de saúde;

II - desenvolver iniciativas que melhorem a qualidade e a efetividade da
atenção dispensada aos usuários, recuperando a imagem do Sistema junto à
comunidade, e que diminuam o problema das filas nos serviços de saúde,
eliminando barreiras físicas e burocráticas;

III - incrementar a qualidade das ações e serviços de saúde, facilitando o
acesso e deslocamento dos usuários nas unidades por meio de sinalização
apropriada, ampliando a resolutividade das ações e dos serviços, criando
vínculos e responsabilizando-se pelos cuidados de acordo com os princípios e
as diretrizes do Sistema Único de Saúde;

IV - capacitar os trabalhadores municipais para atuarem de acordo com
um conceito amplo de saúde que valorize a qualidade de vida e os direitos de
cidadania desenvolvendo um conjunto de indicadores de resultados e sistemas
de incentivo ao tratamento humanizado e à realização de parcerias e
intercâmbio de conhecimento e experiências nesta área; e



V - melhorar as condições de trabalho no âmbito da rede pública de saúde e tornar os serviços e ações mais integrados, harmônicos e solidários.

Parágrafo único. As ações de acolhimento aos cidadãos nas Unidades Municipais de Saúde serão articuladas às estratégias de Saúde da Família e de Agentes Comunitários de Saúde.

Art. 2º Serão garantidas, em cada Unidade Municipal de Saúde, a supervisão do acolhimento e a ouvidoria dos cidadãos, sendo esta realizada através de atendimento e disponibilização de formulários aos cidadãos que queiram apresentar, verbalmente ou por escrito, opinião, queixa ou proposta relacionada ao atendimento realizado na Unidade.

§ 1º Toda opinião, queixa ou proposta feita deverá ser encaminhada à chefia da Unidade e respondida ao interessado, nos casos em que estejam escritas e identificadas, preservando-se sempre a identidade do autor.

§ 2º As manifestações e respectivas respostas deverão ser registradas e mantidas em arquivo pelo prazo de 01 (um) ano.

§ 3º Serão remetidas às instâncias gestoras superiores estatísticas mensais derivadas dos formulários de manifestação dos usuários.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados de sua publicação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal
Vilhena (RO), 28 de dezembro de 2020.


Eduardo Toshiya Tsuru
PREFEITO MUNICIPAL